

PANDEMIA DE COVID-19 E INSEGURANÇA ALIMENTAR: RETRATOS DA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA

Gustavo Schemer da Fonseca Soares ¹
Maria Luiza Rosa Zanardo ²
Daniella Cristina Vaz ³
Vivian Lovison do Amaral ⁴
Caroline Barros Gomes ⁵

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar (SA) se apresenta como um direito do cidadão de ter à sua disposição alimento em quantidade e qualidade suficientes (BRASIL, 2006). Porém, desde 2016, o número de famílias em Insegurança Alimentar (IA) em diversos níveis tem aumentado e, com a chegada da pandemia da COVID-19, isso tem se agravado. Este aumento na IA deu-se pelo aumento nas medidas de austeridade e pela crise sanitária e econômica instaurada pelo período pandêmico (SANTOS et al., 2021).

No dia 19 de dezembro de 2019, um surto de pneumonia acometeu a cidade de Wuhan, na China. A doença, causada por um coronavírus diferente, rapidamente espalhou-se pelo mundo, até que no dia 12 de março de 2020 foi declarada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como uma pandemia (ONU News, 2020). O vírus denominado de SARS-CoV-2, desde então, tem impactado a vida e a sociedade global de modo geral, uma vez que originou crises de saúde pública e econômica, o que forçou os países a se reorganizar, estipulando estratégias de prevenção de modo a controlar o contágio e a disseminação do vírus, como o distanciamento social, as restrições de circulação de pessoas, o fechamento de escolas e comércios, a suspensão do funcionamento de setores não essenciais para a sociedade, cuja consequência foi o aumento substancial da taxa de desocupação, dentre outras medidas (CIOTTI et al., 2020).

Ainda em 2020, o *State of Food Security and Nutrition in the World* (SOFI) pronunciou-se sobre a estimativa de aumento da prevalência da IA nos países da América Latina

¹ Graduando do curso de Nutrição do Centro Universitário do Sudoeste Paulista:
gustvoschemer@gmail.com

² Graduando do curso de Nutrição do Centro Universitário do Sudoeste Paulista:
mah.zanardo26@gmail.com

³ Graduando do curso de Nutrição do Centro Universitário do Sudoeste Paulista:
danny.vaz13@gmail.com

⁴ Graduando do curso de Nutrição do Centro Universitário do Sudoeste Paulista:
viva.0@hotmail.com

⁵ Docente do curso de Nutrição do Centro Universitário do Sudoeste Paulista:
carol.bgomes@gmail.com

e do Caribe até o ano de 2030, sendo que essas projeções não consideravam a pandemia, o que poderia deixar esses dados ainda mais preocupantes (ONU, 2020).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2013, o Brasil possuía 22,6% da sua população daquele ano em algum nível de IA (PNAD, 2013), já nos anos de 2017 e 2018, de acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) da mesma instituição, esse percentual era de 36,7% (IBGE, 2020). Em 2021, já durante a pandemia, foi realizado o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, no qual foi divulgado que 55,2% dos brasileiros estavam em algum nível de IA, sendo que 41 milhões de pessoas, entre 2017 a 2021, começaram a passar fome (PENSSAN, 2021).

A IA grave está presente principalmente em domicílios cuja renda é de até um quarto do salário mínimo per capita, sendo seis vezes maior quando a pessoa de referência da família se encontra desempregada. A IA grave foi maior quando a pessoa de referência da família era do sexo feminino ou de raça/cor da pele autodeclarada preta/parda ou com menor escolaridade (PENSSAN, 2021).

Devido a pandemia, muitas pessoas perderam o emprego ou se endividaram, e por esta razão a IA grave nesses domicílios foi aumentada em 19%, comparado ao período anterior à pandemia. Sendo que a IA moderada ou grave estava presente, majoritariamente, em domicílios de pessoas que haviam solicitado e recebido o benefício auxílio emergencial concedido pelo governo federal. A pandemia contribuiu para o aumento dos níveis de IA moderada ou grave, provocando uma queda ainda mais abrupta da SA no país nos últimos dois anos, impactando de forma negativa o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) do povo brasileiro (PENSSAN, 2021).

Com tantos dados alarmantes sobre insegurança alimentar e fome nos últimos anos, o assunto passou a ter mais visibilidade com as intercorrências pandêmicas. A investigação da fome e dos fatores que possibilitam que ela exista devem ser investigados para buscar um meio de saná-la. O desmanche de políticas públicas, a pandemia e a omissão do governo são causas que compõem este aumento recente e preocupante da situação alimentar e nutricional do povo brasileiro (RIBEIRO-SILVA, 2020).

Pelos fatos descritos acima, vê-se que a insegurança alimentar é uma problemática em ascensão no Brasil e no mundo, uma vez que a pandemia desestabilizou toda a sociedade, acentuando abismos sociais já existentes e mostrando a fragilidade das políticas sociais e econômicas nacionais.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho foi investigar a situação de (In)Segurança Alimentar entre usuários da Atenção Primária à Saúde do município de um município do sudoeste paulista e a possível associação desta com fatores socioeconômicos.

MÉTODO

O estudo seguiu o modelo transversal, sendo realizado no município de Avaré-SP, entre abril e agosto de 2021. A pesquisa foi realizada em 10 unidades de saúde, escolhidas mediante caráter geográfico, pela própria Secretaria de Saúde do município, para abranger todas as regiões.

As entrevistas foram realizadas na própria unidade de saúde, em dias de atendimento médico, até 0,5% da população atendida por cada unidade de saúde ser atingida, totalizando 207 entrevistados. Foram entrevistados usuários com idade igual ou superior a 18 anos, de ambos os sexos, que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu-UNESP sob parecer nº: 4.552.389.

Para avaliar a situação da SA foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (SEGALL-CORRÊA et al, 2004), sendo também coletados dados socioeconômicos e de consumo alimentar. Inicialmente foram realizadas análises descritivas e, na sequência, modelos de regressão logística investigando os fatores socioeconômicos associados à situação de IA (idade, escolaridade, cor da pele, situação de trabalho e estado civil), sendo que aqueles com $p \leq 0,20$ nas análises univariadas foram incluídos juntos nas análises multivariadas. A situação de IA (sim ou não), contemplou os três níveis da mesma. As análises foram realizadas no programa SPSS v.20.0, considerando $p < 0,05$ como nível de significância estatística.

RESULTADOS

Dos entrevistados, 73,9% eram mulheres, com média de idade de 47,9 anos; 57,5% viviam em um casamento ou união estável, enquanto 42,5% eram solteiros, viúvos ou separados. Com relação à cor da pele, 56%, 31,9%, 10,1%, e 1,9% se declararam brancos, pardos, pretos e amarelos, respectivamente. Quanto ao grau de escolaridade, 40,1% dos entrevistados não completaram o ensino fundamental, 22,1% não completaram o ensino médio, enquanto 31,9% possuem o ensino médio completo e 5,8% chegaram ao ensino superior (completo ou incompleto). No quesito econômico, 62,3% possuíam alguma renda, sendo essa trabalho ou aposentadoria/pensão, enquanto 37,7% não desempenhavam atividade

remunerativa. Entre os entrevistados, 43,0% estavam em SA, 41,0% estavam em IA leve, 9,2% em IA moderada e 6,8% em IA grave, ou seja, 57,0% da população em algum nível de IA. Na análise univariada, idade ($p < 0,001$), cor da pele ($p = 0,025$), escolaridade ($p = 0,020$) e trabalho ($p = 0,001$) mostraram-se associados a IA. Na análise multivariada, os indivíduos de cor parda apresentaram 2,1 vezes mais chances de estarem em IA frente aos de cor da pele branca ($IC_{95\%} = 1,01-4,3$); não ter concluído o ensino médio ou ter ensino fundamental I incompleto também aumentou as chances de IA frente aos com superior completo ($OR = 6,4; IC_{95\%} = 1,3-31,0$; $OR = 5,9; IC_{95\%} = 1,3-27,0$, respectivamente). Pessoas com mais de 60 anos se apresentaram protegidos contra a IA frente aos de 31 a 59 anos de idade ($OR = 0,3; IC_{95\%} = 0,1-0,7$)

CONCLUSÃO

Mediante análise dos dados coletados, foi possível traçar um perfil para pessoas em insegurança alimentar de qualquer nível, podendo construir um arquétipo de pessoa vulnerável ou mais privilegiada segundo suas condições socioeconômicas. Pessoas com maior escolaridade apresentaram menor probabilidade de estarem com insegurança alimentar em relação aos que não terminaram a escola, como também evidenciado no quesito cor-IA, quando se salientou que indivíduos pardos possuíram duas vezes mais chances de viverem em insegurança alimentar frente aos brancos. Os achados evidenciam a desigualdade social brasileira, como também afirmam vigorosamente o quanto o momento histórico-social do Brasil é delicado e merece atenção das políticas públicas a serem (re)formuladas como da atenção prestada pela atenção à saúde.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Consumo Alimentar; Fatores Socioeconômicos; COVID-19.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2006; 18 set

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 2006; 18 set

CIOTTI, M., CICCOCZZI, M., TERRINONI, A., JIANG, W. C., WANG, C. B., & BERNADINI S. (2020). The COVID-19 pandemic. *Critical reviews in clinical laboratory sciences*, 57(6), 365-388.

CIOTTI, M., CICCOCZZI, M., TERRINONI, A., JIANG, W. C., WANG, C. B., & BERNADINI S. (2020). The COVID-19 pandemic. *Critical reviews in clinical laboratory sciences*, 57(6), 365-388.

JOHNSON, D. Organização Mundial da Saúde declarou novo coronavírus uma pandemia. ONU News, Nova Iorque, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/>. Acesso em: 10/09/2021

Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Segurança Alimentar e Nutricional em todo o Mundo em 2020. Roma; ONU. Disponível em: http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html#chapter-1_1.

Organizações das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Segurança Alimentar e Nutricional em todo o Mundo em 2020. Roma; ONU. Disponível em: http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html#chapter-1_1.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2013. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>. Acesso em 15/05/2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2013. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>. Acesso em 15/05/2021.

POF 2017-2018: **A proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004.** 2020. IBGE. disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004>.

POF 2017-2018: **A proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004.** 2020. IBGE. disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004>.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>.

RIBEIRO-SILVA, R. C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, v.25, n.9, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RIBEIRO-SILVA, R. C. et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, v.25, n.9, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SANTOS, M. V. A., DE OLIVEIRA, I. G., PEREIRA, F. M. N., & SANTOS, P. R. (2021). Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio a pandemia por Sars-CoV-2. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 28, e021003-e021003.

SANTOS, M. V. A., DE OLIVEIRA, I. G., PEREIRA, F. M. N., & SANTOS, P. R. (2021). Insegurança alimentar e nutricional: uma análise sobre as políticas públicas de interface com alimentação e nutrição em meio a pandemia por Sars-CoV-2. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 28, e021003-e021003.

SEGALL-CORRÊA AM, PÉREZ-ESCAMILLA R, MARANHA LK, SAMPAIO MFA, YUYAMA L, ALENCAR F, et al. Projeto: acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Campinas: Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Estadual de Campinas/Organização Pan-Americana da Saúde/Ministério da Saúde; 2004. (Relatório Técnico).

SEGALL-CORRÊA AM, PÉREZ-ESCAMILLA R, MARANHA LK, SAMPAIO MFA, YUYAMA L, ALENCAR F, et al. Projeto: acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Campinas: Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Estadual de Campinas/Organização Pan-Americana da Saúde/Ministério da Saúde; 2004. (Relatório Técnico).